Manutenção geral do submersível e órgãos de que trata este programa e o programa comum de todas as praças do Corpo de Marinheiros.

Exercícios

I. 18 exercícios de emersão, sendo 3 navegando e com passagem dos motores de combustão aos motores eléctricos e vice-versa.

II. 3 cargas da bateria eléctrica com os motores de combustão, do submersível.

III. 18 exercícios de navegação com os motores de combustão, de duração não inferior a três horas cada um.

Majoria General da Armada, em 11 de Março de 1914.—O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães*, vice-almirante.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

7.^a Repartição

PORTARIA N.º 124

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, pedido para lhe ser permitido emitir a 4.^a série das obrigações autorizadas em assemblea geral extraordinária de 6 de Setembro de 1909, nos termos do artigo 3.º do contrato de concessão de 28 de Novembro de 1902, e pela forma que consta da acta daquella assemblea geral;

E atendendo a que a emissão, cuja autorização a Companhia solicita, está nos termos de ser aprovada e conforme as disposições da lei:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, autorizar a referida Companhia a criar e a emitir, nos termos e para os fins por ela propostos, 790.000 libras ou 3:555 contos (ouro) de obrigações que constituem a 4.^a série (série D), de 7:900 obrigações nominativas ou ao portador, do valor nominal de 100 libras ou 450\$ cada, com as seguintes condições:

1.^a Que desta emissão nenhuma responsabilidade, de qualquer natureza ou espécie, resultará para o Estado.

2.^a Que a referida emissão só possa realizar-se, depois de cumpridas as disposições do artigo 11.º do regulamento de 27 de Agosto de 1896.

Outrossim, manda o Governo da República Portuguesa declarar que o valor das 650:000 libras de obrigações em títulos de 100 libras ou 450\$ da série A, cuja emissão foi autorizada em portaria de 22 de Abril de 1910, é de 2:925 contos em vez de 2:950 contos (ouro), como se lê na referida portaria.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Março de 1914.—O Ministro das Colónias, *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

PORTARIA N.º 125

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, ao qual foi presente o projecto do contrato adicional ao contrato de curadoria, para emissão de obrigações da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, aprovado por portaria de 15 de Abril de 1910, conceder a aprovação ao mencionado projecto de contrato adicional que faz parte integrante desta portaria, introduzindo-lhe, porém, a cláusula de que a Companhia toma plena e inteira responsabilidade pelo paga-

mento dos prejuízos que possa ter a linha férrea, quando porventura tenha de ficar na posse dos curadores, e ficando bem estabelecido que da interpretação ou cumprimento das disposições deste contrato não poderá resultar, em hipótese alguma, ofensas aos direitos e interesses do Estado, que estão afirmados expressamente no decreto de concessão e subseqüentes diplomas que o modificam.

O que o mesmo Governo manda comunicar, pela Direcção Geral das Colónias, ao comissário do Governo junto da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, para os devidos efeitos.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 11 de Março de 1914.—O Ministro das Colónias, *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Artística

DECRETO N.º 364

Convindo aclarar o decreto de 1 de Julho de 1913, relativo à protecção das obras literárias e artísticas, em harmonia com os artigos 594.º, 595.º e seus parágrafos, e 596.º do Código Civil;

Tendo em atenção que Portugal, pela sua adesão à União Internacional para a protecção da propriedade literária e artística, por decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, deve tornar efectivo o cumprimento dos artigos 4.º e 11.º da Convenção de Berlim, de 13 de Novembro de 1908;

Outrossim, tendo em atenção o acôrdo luso-brasileiro, ratificado pelo decreto de 28 de Setembro de 1889, e o acôrdo com a Itália, por troca de notas, de 12 de Maio de 1906;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem decretar, sob proposta dos Ministros dos Estrangeiros, do Interior e da Instrução Pública;

Artigo 1.º Todas as autoridades administrativas a quem incumbe pôr o visto nos cartazes de qualquer espectáculo ou audição em que se pague a entrada e se representem ou ouçam peças originais ou extraídas e adaptadas de obras originais de autores naturais de países que, por lei ou tratado, gozam no nosso país de tratamento nacional, devem negar o seu visto e não permitir a respectiva representação ou audição sem que os empresários, directores ou quaisquer outros responsáveis pelas companhias ou grupos artísticos que promovam ou executem a exhibição ou audição dessas peças, apresentem autorização por escrito dos autores, colectividades ou indivíduos seus representantes, herdeiros ou cessionários.

Art. 2.º As referidas autoridades quando concederem o visto ao cartaz duma peça averbarão esse visto no verso da autorização mencionada tantas vezes quantas forem as exhibições ou audições da obra, mencionando a localidade e a data de cada uma.

Art. 3.º O regulamento sobre a propriedade literária e artística será objecto de decreto especial.

Os Ministros dos Estrangeiros, do Interior e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Março de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*José de Matos Sobral Cid*.